

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a contratação de serviço de transporte e monitor escolar, para atender as necessidades dos alunos do município de Itajaí/SC.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Educação - SME

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Andresa Henrique Knoll	Assessor I	2224803	transporte@edu.itajai.sc.gov.br
Lilian Kelli de Souza	Tec. Ativ. Adm. Educacionais	2054906	contratos@edu.itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O transporte escolar é um instrumento de democratização de oportunidades educacionais pela garantia de acesso e permanência dos alunos residentes em áreas urbanas e rurais desprovidas de escolas. O acesso à escola e, principalmente, a oportunidade de atingir um grau maior de escolaridade, fatores essenciais para o acesso ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento da sociedade, exige um nível crescente de qualificação e depende diretamente do transporte escolar.

A Constituição Federal assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Em seu art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ...VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básicas, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte...”;

A Lei n. 9.394/96 – LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar mediante, a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo:

“Art.10. Os Estados incumbir-se-ão de: VII – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei n. 10.709 de 31/07/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

....

*VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
(Incluído pela Lei n. 10.709 de 31/07/2003)."*

No entanto, a situação do transporte escolar em Itajaí, Santa Catarina, apresenta desafios significativos. Atualmente, a Rede Municipal de Itajaí conta com 5 ônibus próprios e 2 microônibus. Além disso, o serviço de transporte é prestado por duas empresas nos contratos 317/2021 e 325/2021, com uma frota total de 54 ônibus.

Ocorre que nos últimos anos a população dos bairros mais afastados como Espinheiros, Itaipava, Limoeiro, São Roque entre outros tem crescido de forma exponencial, por isso não temos vagas e escolas suficientes para atender esta demanda crescente.

A solução encontrada então foi o transporte dos alunos até as escolas onde há vagas disponíveis, principalmente no Bairro Cordeiros onde estão algumas das maiores escolas do município.

Ocorre que o aumento da demanda foi tão substancial que o quantitativo previstos nos contratos existentes é insuficiente para atender os alunos que utilizam o transporte escolar.

Mesmo com os remanejamentos realizados, devido ao aumento contínuo da população do município¹ e consequentemente de estudantes matriculados na rede, o número de linhas existentes não está sendo suficientes para transportar todos os alunos sentados e com a devida segurança.

Inclusive, há relatos de alunos que não tem conseguido frequentar a escola pois ao chegar em seu ponto o ônibus já está com a lotação completa, sem falar em ônibus transportando acima da capacidade, o que além de ferir a legislação é preocupante para a segurança dos estudantes.

Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que a interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Pelas características, pode ainda ser classificado como de natureza comum.

Sendo assim há a necessidade urgente de solucionar o problema apresentado e sanar a demanda do transporte dos estudantes de suas residências até as unidades escolares.

Por isso, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, se vê necessária a contratação de serviço de transporte escolar com motoristas, monitores de transporte escolar e veículos/frota apropriados e sob responsabilidade da empresa contratada, possibilitando a locomoção diária dos alunos das imediações de suas residências até as Unidades Escolares, visando garantir a eles o acesso e a permanência nas escolas, evitando dessa forma a evasão escolar, bem como a segurança de todos os alunos que necessitam utilizar o transporte escolar.

O serviço de transporte deverá estar disponível de segunda a sexta-feira, até o dia 18 de dezembro (data que encerra o ano letivo), totalizando 114 dias letivos para a prestação do serviço. Por conveniência de possíveis alterações no calendário como ocorreram nos anos anteriores é prudente a data final prevista para 31/12/2024, caso o cumprimento destes 114 dias letivos precise ser postergado após 18/12.

¹<https://itajai.sc.gov.br/noticia/30572/itajai-cresce-44-e-se-torna-a-5-cidade-mais-populosa-de-santa-catarina> - Notícia indicando que a população de Itajaí cresceu 44% em relação ao censo 2000.

O transporte escolar terceirizado percorrerá em torno de 2520 km diariamente com a necessidade de pelo menos 18 veículos e 20 monitores escolares para atender este fim.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Há previsão de contratação para o objeto licitado, mas o quantitativo estimado é correspondente aos contratos em vigor, que são insuficientes para atender a demanda apresentada e não podem mais ser aditivados.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Primeiramente cabe informar que, além das informações trazidas neste item, são requisitos essenciais para a contratação o cumprimento das medidas mitigadoras de impactos ambientais trazidas no item 13.

A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e CONATRAN e demais normas vigentes.

Em relação à qualificação técnica a ser atendida pelo licitante, será exigido o atestado de capacidade técnica (experiência) com escolar.

Poderá ser solicitado à contratada durante a execução do contrato, apresentação de pelo menos um veículo reserva nas mesmas características do Termo de Referência.

A licitante deverá comprovar que dispõe do veículo que será utilizado inicialmente no momento da licitação tendo em vista o curto prazo entre a homologação do resultado e a assinatura do contrato, devendo apresentar na licitação os documentos solicitados em relação à empresa e ao veículo, o veículo poderá ser próprio, alugado ou alienado.

Em relação à capacidade de passageiros exige-se que os veículos sejam: Ônibus e tenham a capacidade mínima de 38 passageiros para atender aos alunos da rota licitada.

Com relação à idade dos veículos, o mesmo não pode ter mais de 10 anos, de acordo com o recomendado pelo Conselho Deliberativo do MEC/FNDE, bem como pelo TCE no processo @LEV 23/80047400.

Relação dos documentos a serem apresentados na contratação, em relação aos veículos que serão utilizados e no decorrer da execução do contrato, sempre que solicitado pela Administração, referente à empresa e aos veículos:

- a) Termo de Autorização (vistoria) do DETRAN/SC do veículo;
- b) CRVL do veículo que será utilizado na execução do serviço, que comprove os requisitos em relação às suas características em relação à capacidade de passageiros solicitada;
- c) Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, responsabilidade civil para danos morais a passageiros e acidente com os tripulantes, etc., com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato e suas prorrogações.
- d) Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro, vencer o seguro efetuado ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse.
- e) O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações:
 - Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros;
 - Responsabilidade civil para danos morais a passageiros;
 - Acidente com os tripulantes.

No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

- a) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- b) Cintos de segurança em boas condições e para todos os alunos, de acordo com a legislação;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- d) Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;
- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- f) Extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- g) Limitadores de abertura dos vidros corrediços de no máximo dez centímetros;
- h) Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i) Utilização obrigatória de equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;

- j) Recomendam-se dispositivos de monitoramento que permitam a observação das atividades no interior do veículo e da via em que o veículo estiver sendo conduzido, conforme legislação;
- k) Pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- l) Portas e janelas em perfeito estado de funcionamento, e,
- m) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/SC.

Os veículos devem ainda:

- a) Ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas (de chão);
- b) Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpo, não ter assentos rasgados, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA no 18, de 06/05/1986, e legislação correlata, e,
- e) Atender, no que couber, à Resolução CONATRAN no 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

Em relação aos condutores, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- A. Ter idade superior a 21 anos;
- B. Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- C. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte de alunos;
- D. Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- E. Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 meses;
- F. Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, renovável a cada 5 anos, conforme exigência prevista no art. 329 do CTB;
- G. Estar devidamente identificado, asseado e com aparência adequada, e,
- H. Portar meio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante. Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V, do Código Nacional de Trânsito.

Em relação aos monitores de transporte escolar a empresa deverá exigir que seus contratados:

- A. Apresentem-se devidamente identificados com crachá e uniforme contendo o dístico Monitor e com aparência pessoal adequada;
- B. Prestar esclarecimento, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;
- C. Contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar ou com o gerente de transporte escolar, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.
- D. Verificar se o veículo de transporte está executando rigorosamente os percursos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- E. Conferir se os estudantes estão devidamente identificados por meio da carteira fornecida pelas Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação.
- F. Substituir o monitor escolar no caso de falta, e mediante ao não cumprimento das demandas acima descritas.

É obrigação da contratada observar a legislação trabalhista, previdenciária, assistenciais, sindicais e sanitárias vigentes, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer tipo de vínculo ou solidariedade empregatícia com a Contratante;

Disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança, sempre que forem considerados indispensáveis, em quantidades adequadas ao número de pessoas empregadas.

xxxx

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em anexo arquivo de planilha em excel com 5 pastas de trabalho que melhor demonstram a necessidade de contratação.

A primeira pasta, abaixo transcrita, se refere ao quadro resumo dos cálculos.

ALUNOS ACIMA DA LOTAÇÃO		
RESUMO	MATUTINO	VESPERTINO
MELISSA	364	305
TEFTUR	180	182
PRÓPRIO	27	29

TOTAL	571	516
--------------	------------	------------

Linhas Adicionais Necessárias		
1	Brilhante	280
2	Itaipava I	135
3	Itaipava II	120
4	Escola de Campo	100
5	Fazenda	115
6	Murta	75
7	Salseiros I	130
8	Salseiros II	110
9	Canhanduba	170
10	Santa Regina/João Paulo	110
11	Santa Regina/CEC	125
12	Espinheiros I	120
13	Espinheiros II	115
14	Espinheiros III	240
15	Espinheiros IV	110
16	Espinheiros V	240
17	Espinheiros VI	115
18	Espinheiros VII	110
	KM / DIA TOTAL	2520

Nas demais planilhas que poderão ser analisadas no documento em anexo temos:

- dados referentes às linhas e quantidade de alunos transportados pela empresa Melissa;

- dados referentes às linhas e quantidade de alunos transportados pela empresa Teftur;
- dados referentes às linhas e quantidade de alunos transportados nos ônibus próprios do município;
- dados referentes às rotas que deverão ser adicionadas para cobrir a demanda.

Abaixo o quadro das rotas que serão necessárias adicionar, com os trajetos correspondentes:

Linhas Adicionais Necessárias				
	Linha	Trajeto	Escola	Km/Dia
1	Brilhante	Brilhante I, Brilhante II	EB Martinho Gervási	280
2	Itaipava I	Morro do Bruno (Rua Antônio Custódio), Morro Rua Paulo Demarch, Morro Canil, Av. Itaipava	EEB Monsenhor Vendelino, Francisco Celso Mafra, Judith Duarte, Inês Cristofolini	135
3	Itaipava II	Itaipava, Baia	EEB Monsenhor Vendelino, Francisco Celso Mafra, Judith Duarte, Inês Cristofolini	120
4	Escola de Campo	Baia	Escola de Campo Maria do Carmo Vieira	100
5	Fazenda	Fazenda, Fazendinha, Praia Brava	EB Gaspar, EB Yolanda Ardigó, EB Ariribá	115
6	Murta	Rua Eugênio Pezzini, Rua Annanias Caetano da Silva	CEC, EB Melvin, EB Baron, EB Hulse Peixoto, Cedin Jacy Dias	75
7	Salseiros I	Rua João Vieira Ramos, Rua Cesar Augusto Dalçóquio, Rua Paulo Cantídio	EB Edy Vieira	130

8	Salseiros II	Santa Regina, Portal II	EB Edy Vieira	110
9	Canhanduba	Canhanduba, Rio do Meio	EB Padre José de Anchieta	170
10	Santa Regina/João Paulo	Santa Regina	EB João Paulo II	110
11	Santa Regina/CEC	Santa Regina	CEC, EB Melvin, EB Antônio Ramos	125
12	Espinheiros I	Santa Regina	EB Rosa Heleno	120
13	Espinheiros II	Santa Regina	EB Rosa Heleno	115
14	Espinheiros III	Portal II	EB Rosa Heleno	240
15	Espinheiros IV	Portal II	EB Thereza Bezerra	110
16	Espinheiros V	Volta de Cima	EB Thereza Bezerra	240
17	Espinheiros VI	Santa Regina	EB Thereza Bezerra	115
18	Espinheiros VII	Santa Regina	EB Thereza Bezerra	110
KM / DIA TOTAL				2520

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Há no mercado diversas soluções para o transporte de alunos e monitoria escolar. Vejamos:

SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1. Aquisição de veículos e mão-de-obra fornecida pela própria administração	<ul style="list-style-type: none"> - Controle direto sobre os veículos, os motoristas e os monitores escolares. - Maior flexibilidade para ajustar rotas e horários conforme necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alto investimento inicial para a aquisição de veículos. - Custos adicionais com manutenção, seguro e combustível.

	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de personalização dos veículos de acordo com as necessidades específicas da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade integral sobre a contratação, treinamento e supervisão dos servidores.
2. Aquisição de veículos e contratação de mão-de-obra terceirizada	<ul style="list-style-type: none"> - Controle sobre os veículos, enquanto a responsabilidade pela gestão dos motoristas e monitores é transferida para a empresa terceirizada. - Possibilidade de reduzir custos com pessoal e treinamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Menor controle sobre a qualidade e o desempenho dos motoristas e monitores escolares. - Dependência da empresa terceirizada para garantir a pontualidade e a segurança do serviço. - Risco de conflitos de interesse entre a escola e a empresa terceirizada.
3. Locação de veículos e mão-de-obra fornecida pela própria administração:	<ul style="list-style-type: none"> - Menor investimento inicial, já que não é necessário adquirir os veículos. - Flexibilidade para devolver ou substituir os veículos conforme necessário. - Controle direto sobre os servidores (motoristas e monitores) e a gestão do serviço. 	<ul style="list-style-type: none"> - Custos contínuos de aluguel podem ser mais altos a longo prazo do que a aquisição dos veículos. - Limitações relacionadas à disponibilidade de veículos para locação. - Responsabilidade integral sobre a contratação, treinamento e supervisão dos servidores.
4. Locação de veículos e contratação de mão-de-obra terceirizada	<ul style="list-style-type: none"> - Menor investimento inicial e custos fixos previsíveis. - Responsabilidade sobre a gestão dos motoristas e monitores escolares é transferida para a empresa locadora. - Flexibilidade para ajustar a frota de acordo com a demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Menor controle sobre a qualidade dos motoristas, dos monitores e dos veículos. - Dependência da empresa locadora para garantir a disponibilidade e a manutenção dos veículos. - Risco de custos adicionais caso a demanda exceda a capacidade da frota locada.
5. Contratação de veículos e de mão-de-obra terceirizada:	<ul style="list-style-type: none"> - Menor responsabilidade administrativa, já que a empresa terceirizada é responsável pela gestão completa do serviço. 	<ul style="list-style-type: none"> - Menor controle sobre a qualidade e a pontualidade do serviço.

	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilidade para ajustar a frota e a equipe conforme necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Custos podem ser mais elevados devido às taxas de serviço da empresa terceirizada. - Risco de conflitos de interesse ou falta de alinhamento entre a administração pública e a empresa terceirizada.
--	--	---

A solução escolhida foi a número 5 por ser a que mais se encaixa nas necessidades e realidade atual do município de Itajaí.

Com relação a unidade de medida, de acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar, verificou-se, a partir de amostra de mais de 2.200 municípios, que os regimes de execução do Transporte Escolar mais comuns são:

- A. Valor por aluno;
- B. Valor por milha nautical;
- C. Valor por rota/linha;
- D. Valor por dia;
- E. Valor por hora;
- F. Valor por quilômetro transportando alunos;
- G. Valor por quilômetro rodado, e,
- H. Valor por mês.

A apostila apresenta ainda as desvantagens em relação a cada tipo de regime de execução. Vejamos:

Modalidade	Principais Problemas
Valor por aluno	<ul style="list-style-type: none"> - O Poder Público tem dificuldades no controle da quantidade de alunos transportados; - Redução do pagamento do serviço quando diminui a quantidade de alunos transportados; - O operador exclui alunos residentes em localidades distantes com intuito de reduzir o custo de operação (diminuindo a quilometragem percorrida), e, - Pode ocorrer do operador não ir até a residência do aluno e alegar que o mesmo está faltando à escola.
Valor por quilômetro rodado	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de controle da quilometragem rodada, necessita-se de equipamentos e presença de fiscais; - Possíveis adulterações, caso os valores de quilometragem sejam fornecidos pelos motoristas; - Utilização de caminhos mais longos, alegando mudança dos

	<p>alunos, principalmente em regiões de assentamentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O processo de validação dos números fornecidos pelos operadores provocam atrasos no pagamento desses; - Em épocas de chuvas, por exemplo, o custo de alteração das rotas é crescente para o ente público, e, - O custo de inclusão de veículos não é muitas vezes assumido pelos operadores, o que, em vistas da elevada demanda de estudantes,
Valor por quilômetro transportando aluno	<ul style="list-style-type: none"> - Não considera e nem remunera a quilometragem morta (trecho entre a garagem e o início da linha); - O pagamento por quilômetro rodado pode levar o operador a colocar suas garagens em pontos mais remotos do município, e, - Complexidade em definir os trechos em que não estão sendo transportados alunos.
Valor fixo mensal	<ul style="list-style-type: none"> - O operador pode optar por uma redução na quantidade de alunos transportados e quilometragem percorrida, sem reduções nos valores fixos mensais recebidos.

Fonte: Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/Aspectos_Regulatrios_do_Transporte.pdf.
Apostila – Aspectos Regulatórios do Transporte Escolar, p. 20.

De acordo com o levantamento, a opção mais utilizada de execução de serviço é o valor por quilômetro rodado, por cerca de 36% dos municípios.

Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por “quilômetro rodado”, pois a Administração já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada, também porque sempre que é aumentada a rota, pelo fato de alunos novos, é feita a medição juntamente com o transportador.

Além disso, essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

De acordo com a planilha abaixo, se considerarmos os valores pagos nos contratos atuais o valor estimado da contratação seria de R\$ 2.757.197,36. Este valor corresponde a 287.280km rodados e mais a contratação de 20 monitores de transporte escolar.

PLANILHA PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA SUPRIR DEMANDA ATUAL						
Item 1 (km rodado)		ADICIONAIS				
		Linhas	KM/Linha dia	Valor km	Valor diário	Dias Letivos
	1	Brilhante I - M	280	R\$ 7,83	R\$ 2.192,40	114
	2	Itaipava I - M	135	R\$ 7,83	R\$ 1.057,05	114
	3	Itaipava III - M	120	R\$ 7,83	R\$ 939,60	114
	4	Escola de Campo I - M	100	R\$ 7,83	R\$ 783,00	114
	5	Fazenda - T	115	R\$ 10,49	R\$ 1.206,35	114
	6	Murta I - T	75	R\$ 10,49	R\$ 786,75	114
	7	Salseiros II - T	130	R\$ 10,49	R\$ 1.363,70	114
	8	Salseiros III - T	110	R\$ 10,49	R\$ 1.153,90	114
	9	Canhanduba - M	170	R\$ 7,83	R\$ 1.331,10	114
	10	João Paulo	110	R\$ 10,49	R\$ 1.153,90	114
	11	CEC	125	R\$ 10,49	R\$ 1.311,25	114
	12	Espinheiros I - M	120	R\$ 8,40	R\$ 1.008,00	114
	13	Espinheiros II - M	115	R\$ 8,40	R\$ 966,00	114
	14	Espinheiros III - M (2x)	240	R\$ 8,40	R\$ 2.016,00	114
	15	Espinheiros IV - M	110	R\$ 8,40	R\$ 924,00	114
	16	Espinheiros V - M (2x)	240	R\$ 8,40	R\$ 2.016,00	114
	17	Espinheiros VI - M	115	R\$ 8,40	R\$ 966,00	114
	18	Espinheiros VII - M	110	R\$ 8,40	R\$ 924,00	114
KM / DIA TOTAL			2520			
R\$/DIA			R\$ 22.099,00			
R\$/ANO			R\$ 2.519.286,00			

Item 2 (serviço de monitora)	Monitoras	R\$		Total até Dez	
	20	R\$ 1.918,64	R\$ 38.372,80	R\$ 237.911,36	

Sendo assim, ao considerarmos o preço das contratações de acordo com os parâmetros que se pretende contratar (valor do quilômetro rodado onde o fornecedor já calcula todos os custos envolvidos), temos que o valor médio atual pago só nos contratos com as empresas Melissa e Teftur é de R\$ 8,77. Se adicionarmos o custo dos 20 monitores nos valores atualmente contratados o valor médio do Km/rodado seria de R\$ 9,60, sendo que R\$ 8,77 da média + R\$ 0,83 referente ao valor total dos monitores pela quilometragem estimada ($R\$237.911,36/287.280\text{km} = R\$ 0,83/\text{KM}$).

Em anexo notas fiscais das contratações atuais.

Na busca por contratação semelhante a que se pretende fazer (contratação de serviço de transporte escolar com motoristas, monitores de transporte escolar e veículos/frota apropriados e sob responsabilidade da empresa contratada) a equipe de planejamento encontrou a seguinte contratação oriunda do PE 96/2023 da cidade de Rio Negrinho/SC (Contrato 012/2024) com quantitativo aproximado ao município de Itajaí:

Detalhamento dos Itens

Item 1: contratação de serviços de transporte escolar, destinado ao atendimento do programa de transporte escolar na área rural do município de rio negrinho – sc, em veículos do tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros, com dois operadores por veículo,

R\$ 10,00

Quantidade	Descrição	Observação
-------------------	------------------	-------------------

1 Unidade	contratação de serviços de transporte escolar, destinado ao atendimento do programa de transporte escolar na área rural do município de rio negrinho – sc, em veículos do tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros, com dois operadores por veículo, sendo um condutor e outro monitor de transporte escolar, durante todo o período do próximo ano letivo. obs.: o transporte escolar terceirizado percorre em torno de 1.319,6 km diariamente com a necessidade de pelo menos 13 veículos para atender a todas as doze linhas descritas no termo de referência.	0
-----------	--	---

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 10,00

Órgão:	Data:	14/12/2023 09:00:00
	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
	Identificação:	83102756000179-1-000 041/2023
Objeto:	Lote/Item:	1 / 1
	Fonte:	https://www.gov.br/pnc/p/pt-br
	Quantidade:	269.198,00

VEÍCULO, SENDO UM
CONDUTOR E OUTRO
MONITOR DE
TRANSPORTE
ESCOLAR.

Descrição:	Contratação de serviços de Transporte escolar, destinado ao atendimento do Programa de Transporte Escolar na área rural do município de Rio Negrinho – SC, em veículos do tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros, com dois operadores por veículo, sendo um condutor e outro monitor de transporte escolar, durante todo o período do próximo ano letivo. Obs.: O transporte escolar terceirizado percorre em torno de 1.319,6 Km diariamente com a necessidade de pelo menos 13 veículos para atender a todas as doze linhas descritas no Termo de Referência.	Unidade:	KM
		Data Homologação:	19/12/2023
		UF:	SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
84.697.051/0001-04	TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	R\$ 10,00

Considerando que a quilometragem contratada pelo município de Rio Negrinho (269.198km) e a prevista nesta contratação (287.280km) são próximas, podemos ter em consideração os valores para estimativa de preço.

Outra contratação semelhante, com quantitativo um pouco maior, mas ainda dentro da margem de 25% é no município de Sombrio/SC, no contrato 36/2023, oriundo do PE 99/2023, cujo valor contratado para o transporte dos escolares do município, no quantitativo de 350.000 KM, foi de R\$ 9,91/Km rodado.

Utilizamos ambas as contratações no cálculo considerando como valor global, mas não no valor por item, já que não temos acesso a planilha de custos das contratadas para verificar qual seria a porcentagem do valor correspondente aos monitores escolares.

Em nossa região encontramos contratação semelhante no município de Balneário Camboriú, na Ata de registro de Preços, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO 164/2022, homologada em 06/02/2023, cujo item 1 foi precificado em R\$ 23,45 o KM rodado. Atualizando este valor pelo IPCA chegamos ao valor unitário de R\$24,96 o km rodado. Vejamos:

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	02/2023
Data final	05/2024
Valor nominal	R\$ 23,45 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,06431040
Valor percentual correspondente	6,431040 %
Valor corrigido na data final	R\$ 24,96 (REAL)

Obs: cálculo realizado no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> em 14/06/24.

Ocorre que este valor corresponde ao quantitativo de 122.400km, ou seja, menos da metade do quantitativo de Itajaí, além de segundo o TR a quilometragem rodada ser medida pela distância efetiva do rota, não considerando o trajeto entre a garagem da empresa e o início/fim da rota, como é feito em nosso município. **Por esta razão não consideramos esta contratação ao calcular os valores.**

Além disso foram contactados fornecedores locais e/ou regionais que prestam serviços de transporte e monitoria escolar, conforme o relato a seguir:

A) Pesquisa de Preços com a empresa **Producerserv**

Data de encaminhamento via e-mail: 13/06/2024

E-mail: luiz@producerserv.com.br

Data da resposta: 14/06/2024

Valor do Orçamento Transporte: R\$ 2.649.811,20

Valor Monitores: R\$ 431.506,44 (considerando valor mensal de R\$ 71.917,74)

Valor Global da Proposta: R\$ 3.081.317,64

Responsável pela pesquisa: André Luiz Santiago Marcilio

Identificação de como localizou a empresa para solicitar orçamento: pesquisas junto a empresas que prestam serviços na região (Inclusive com buscas na internet).

B) Pesquisa de Preços com a empresa **Transpiedade**

Data de encaminhamento via e-mail: 13/06/2024

E-mail: leandro@transpiedadeitajai.com.br

Data da resposta: 14/06/2024

Valor do Orçamento Transporte: R\$ 2.688.247,80

Valor Monitores: R\$ 432.589,98 (considerando valor mensal de R\$ 72.098,33)

Valor Global da Proposta: R\$ 3.120.837,78

Responsável pela pesquisa: André Luiz Santiago Marcilio

Identificação de como localizou a empresa para solicitar orçamento: pesquisas junto a empresas que prestam serviços na região (Inclusive com buscas na internet).

C) Pesquisa de Preços com a empresa **Teftur**

Data de encaminhamento via e-mail: 13/06/2024

E-mail: teftur.gilson@gmail.com

Data da resposta: 14/06/2024

Valor do Orçamento Transporte: R\$ 3.647.620,00

Valor Monitores: R\$ 600.000,00 (considerando valor mensal de R\$ 100.000,00)

Valor Global da Proposta: R\$ 4.247.620,00

Responsável pela pesquisa: André Luiz Santiago Marcilio

Identificação de como localizou a empresa para solicitar orçamento: pesquisas junto a empresas que prestam serviços na região (Inclusive com buscas na internet).

Foram realizadas ainda pesquisas de preço que não foram respondidas até o dia 14/06 (Prazo final), conforme estabelecido no e-mail da solicitação:

Empresas:

Catarinão (13/06 - e-mail atendimento@catarinao.com.br);

Jhonitur (13/06 - e-mail jhonitur@hotmail.com);

Transtusa (13/06 - e-mail (comercial@transtusa.com.br e sac@transtusa.com.br);

Nilotur (13/06 - e-mail atendimento@nilotur.com.br);

Blumob (13/06 - e-mail sac@blumob.com.br e rh@blumob.com.br)

Responsável pela pesquisa: André Luiz Santiago Marcílio.

Diante dos valores orçados e na composição de preço (planilha em anexo), chegou-se ao seguinte valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	v.unit.	v. total
1	67011 - Transporte Escolar para os alunos da secretaria de educação município de itajaí/sc.	KM	292.320	R\$ 9,29	R\$ 2.669.029,50
2	62293 - Prestação de serviço de monitores de transporte escolar.	SERV	20 x 6 meses	R\$ 3.545,85	R\$ 425.501,95
				TOTAL	R\$ 3.094.531,45

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da necessidade apresentada e das soluções disponíveis no mercado, a equipe de planejamento entende como mais viável a contratação de empresa mediante Registro de Preço para a prestação de serviços de transporte e monitor escolar até o final do ano letivo de 2024, devendo a unidade de medida ser utilizada a quilometragem rodada, no quantitativo de 287.280km rodados.

Tal escolha se dá pelas seguintes razões:

- a) Necessidade urgente da prestação do serviço;
- b) Quantitativo insuficiente dos contratos atuais;

- c) Indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional, bem como dos veículos indispensáveis para execução dos serviços;
- d) O serviço será exercido por empresa especializada, devidamente habilitado e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;
- e) Essa contratação utiliza rotinas e define perfil de mão de obra que possibilitam maior eficiência no desenvolvimento de ações preventivas;

Além disso, haverá economicidade para a administração, pois a contratação não implicará em custos elevados com aquisição dos veículos utilizados, bem como com o fornecimento da mão-de-obra pela contratada, o município de Itajaí evita o custo e o tempo envolvido com o treinamento e administração de mão de obra, maximizando assim o aproveitamento dos recursos públicos.

O registro de preços permite que o órgão público planeje com antecedência os gastos com transporte escolar. Ao estabelecer um preço máximo para os serviços durante o período de validade do registro, há maior previsibilidade orçamentária, facilitando a gestão financeira e evitando surpresas com variações de custos ao longo do ano.

O transporte escolar pode ter demandas variáveis ao longo do ano letivo, como períodos de férias, feriados e eventos escolares. Com o registro de preços, o órgão contratante pode ajustar a quantidade de serviços contratados conforme a necessidade, dentro dos limites estabelecidos no registro. O registro de preços promove maior transparência no processo de contratação, pois todas as condições e preços são definidos de forma clara e pública. Isso facilita o controle interno e externo sobre as contratações realizadas pelo órgão público, garantindo conformidade com as normas e regulamentos vigentes.

Em resumo, a escolha do registro de preços para a contratação de empresa terceirizada de transporte escolar é uma estratégia que visa otimizar a gestão pública, garantir eficiência operacional, economia de recursos e qualidade na prestação de serviços essenciais para a comunidade escolar.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O processo licitatório a ser iniciado para a contratação de empresa terceirizada de transporte escolar será realizada através de licitação do tipo menor preço global, para a melhor gestão do contrato, onde os serviços serão executados por uma única empresa.

Apesar de que atualmente o serviço de monitoria escolar e o de transporte com mão-de-obra são realizados por empresas diferentes, considerando a urgência da situação e a necessidade de ambos os serviços para a solução integral, a equipe de planejamento decidiu pelo agrupamento dos itens no presente processo, a fim de que a mesma empresa possa fornecer os veículos adequados, os motoristas e os monitores escolares, para que não se corra o risco de um dos itens resultar deserto e não poder satisfazer a necessidade apresentada.

A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Estudo Técnico, em um único lote justifica-se ainda pela necessidade de preservar a integridade qualitativa

do transporte escolar, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade de padronização, bem como em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

Este agrupamento também decorre da necessidade de interrelação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado, implicando em vantagem para a Administração.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com o mesmo objeto temos as contratações correlatas oriundas dos Pregões 248/2021 (serviço de transporte escolar) e 249/2021 (serviço de monitor escolar), que é insuficiente para suprir a demanda atual.

Nos contratos vigentes oriundos destes pregões temos os seguintes valores/quantitativos previstos:

1. **Contrato 317/2021** - Melissa Transportes e Turismo Ltda - prestação de serviço de transporte escolar para os alunos da Secretaria Municipal de Educação - Lotes 1 e 2
Valor contratado com os aditivos, reajustes e repactuações R\$ 8.319.129,60.
2. **Contrato 325/2021** - empresa TEFTUR Agência de Viagens e Turismo Ltda - prestação de serviço de transporte escolar para os alunos da Secretaria Municipal de Educação - Lote 3
Valor contratado com os aditivos/reajustes/repactuações - R\$ 4.779.453,80
3. **Contrato nº 353/2021**, firmado com a Empresa EPISTEMICA LTDA - prestação de serviço de monitores de transporte escolar.
Valor contratado atual com os aditivos/reajustes/repactuações - R\$ 1,371,774.03.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Assegurar de acordo com a Constituição Federal ao aluno da escola pública, o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Em seu art. 208:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básicas, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte...”;

Reforçando as disposições contidas em nossa Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069/90, preconiza:

Art. 4º *É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

Vale referir que o inciso VI, introduzido no art. 11 da LDB, pela Lei Federal no 10.709/2003, não deixa margens a dúvidas quanto a responsabilidade do Município no transporte escolar, qual seja, de transportar os alunos matriculados em sua rede de ensino, isto é, nas escolas Municipais.

Outro resultado que se espera na contratação terceirizada de empresa para o transporte escolar é a economicidade, a segurança de contratar uma empresa habilitada para execução dos serviços de transporte escolar e a significativa contribuição para a diminuição das taxas de evasão escolar, pois em nosso município existe uma grande demanda de crianças e adolescentes residentes em área com pouca oferta de vagas nas escolas, e com a utilização desse serviço visa-se suprir uma necessidade básica do educando e proporcionar condições para a sua permanência e melhor desempenho na escola.

Por fim a prestação eficaz e eficiente do serviço visa garantir aos educandos:

- a) Acessibilidade - com a possibilidade de os alunos, inclusive os com deficiência, usufruírem com segurança do Transporte escolar;
- b) Assertividade - com a operação do serviço de transporte escolar, isto é, transportar cada aluno do ponto de embarque à escola e da unidade de ensino até o ponto de desembarque;
- c) Pontualidade - que será medida do grau de cumprimento dos horários previstos ao transportar os alunos em observância aos horários das atividades escolares;
- d) Cortesia - tratamento respeitoso dos prestadores de serviço com os alunos;
- e) Segurança - aspectos de segurança durante a circulação, tanto no acesso e no veículo, bem como àquilo que se refere à segurança pública e respeito às legislações de trânsito vigentes;

f) Atualidade - adaptação contínua do serviço de transporte escolar às demandas sociais. Exemplos: inclusão de novos alunos, mudanças de residência e definição de novos pontos de embarque/desembarque;

h) Legalidade - atendimento dos requisitos legais exigidos para a execução do Transporte escolar, desde a aplicação das leis que regem o transporte de passageiros, especificações contratuais e normas técnicas cabíveis.

Diante do exposto temos que é necessário e imprescindível, a contratação de transporte escolar com monitor escolar, por quilômetro (km), para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, garantindo a frequência diária desses alunos com todas as medidas de segurança que a legislação preconiza.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Recomenda-se a realização de reunião entre a Secretaria de Educação, com a presença do fiscal deste contrato, juntamente com a empresa vencedora, a fim de alinhar a logística das rotas e esclarecer as regras e dúvidas que possam existir. Vistoriar os ônibus e as documentações dos mesmos e apresentação dos documentos dos motoristas após contratação.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os veículos automotores são alguns dos grandes responsáveis pelas emissões de carbono na atmosfera que causam graves problemas ambientais. Por esta razão é imprescindível a adoção de medidas mitigadoras para esse possível impacto ambiental. Estas medidas tanto podem ser seguindo determinações legais sobre o tema, como também a educação e conscientização dos alunos sobre o transporte e logística urbana sustentável.

A contratante como medida mitigadora estabelece que os veículos deverão ter capacidade de transportar um mínimo de 38 passageiros para otimizar os recursos utilizados. Também estabelece algumas orientações e exigências que devem ser seguidas pela contratada, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a saber:

1. Todos os veículos e condutores devem obedecer à resolução nº 1 do Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – CONMETRO, Código Trânsito Brasileiro – CTB, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Conselho Nacional De Trânsito – CONTRAN, decretos, resoluções, portarias federal, estadual e municipal, normas técnicas (ABNT, etc.) e especificações da indústria de fabricação de chassi e carroceria, que estiverem com as exigências legais em vigor ou que vierem a ser publicadas.

2. A empresa contratada deverá garantir que seus veículos atendam a padrões de eficiência energética, como combustível menos poluente, motores mais econômicos e tecnologias de propulsão limpa, visando reduzir o consumo de combustível e as emissões de gases poluentes.
3. Deve ainda manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.
4. Estabelecer práticas de gestão de resíduos sólidos, incentivando a separação e a destinação adequada dos materiais recicláveis e orgânicos gerados durante a operação do transporte escolar.
5. Ajustar procedimentos de manutenção preventiva dos veículos, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de reparos e substituições frequentes, o que contribui para a redução do consumo de recursos naturais minimizando os impactos ambientais.
6. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, observando as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 41619, de 30 de julho de 2009, quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.
7. Impulsionar o uso racional de recursos naturais, como água e energia, nos processos de lavagem, abastecimento e operação dos veículos, adotando práticas que visem a redução do desperdício e o aumento da eficiência energética.
8. Estimular a conscientização ambiental entre os motoristas, alunos e demais envolvidos no processo de transporte escolar, por meio de campanhas educativas e treinamentos específicos sobre temas relacionados à sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> <div>Lilian Kelli de Souza Matrícula: 2054906</div> <div>Itajaí, 17 de junho de 2024.</div>	<hr/> <div>Andresa Henrique Knoll Matrícula: 2224803</div> <div>Itajaí, 17 de junho de 2024.</div>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

ITAJAÍ/SC, 17 DE JUNHO 2024.

Profª MSc.Elisete Furtado Cardoso
Secretária Municipal de Educação